

XVI INSIGHTS

MANIFESTO

A Evolução da Infraestrutura Financeira da Saúde Suplementar

Uma visão institucional da XVI Capital



Publicação institucional XVI Capital

Atrium Finance | XVI Capital

Versão 1.0 | junho de 2026

XVI Insights | Executive Summary - Infraestrutura Financeira da Saúde Suplementar



A próxima grande transformação da saúde suplementar brasileira não será apenas assistencial, regulatória ou tecnológica.

Será financeira.



A infraestrutura financeira será para a próxima década da saúde suplementar o que a transformação digital representou para a última: um elemento essencial para ampliar eficiência, fortalecer a sustentabilidade das instituições e conectar toda a cadeia assistencial.

1

Infraestrutura financeira tornou-se estratégica

2

Recebíveis da saúde tendem a ganhar liquidez

3

FIDCs ampliam a capacidade de financiamento

4

ERPs precisarão evoluir para ativos registrados

5

Operadoras podem liderar a nova arquitetura

Sumário Executivo

A saúde suplementar brasileira consolidou uma infraestrutura assistencial, regulatória e tecnológica relevante. O setor reúne quase 53 milhões de vínculos em planos médico-hospitalares e aproximadamente 35,8 milhões em planos exclusivamente odontológicos, segundo dados divulgados pela ANS referentes a março de 2026. Ao mesmo tempo, a cadeia de prestação de serviços continua sustentada por fluxos financeiros que, em muitos casos, foram desenhados para outra realidade econômica e tecnológica.

A tese da XVI Capital é que a próxima década será marcada pela construção de uma infraestrutura financeira mais integrada para a saúde suplementar. Essa infraestrutura conectará operadoras, rede prestadora, ERPs, registradoras, plataformas, FIDCs e investidores em um ecossistema capaz de financiar, registrar, circular e liquidar recebíveis com maior eficiência e segurança.

Essa transformação não deve ser interpretada apenas como uma evolução de produtos de antecipação. Trata-se de uma mudança estrutural na forma como os ativos financeiros originados na assistência poderão circular no mercado. A expansão dos FIDCs reforça essa tendência: segundo a ANBIMA, o patrimônio líquido da indústria alcançou R\$ 741,1 bilhões em novembro de 2025, com crescimento de 22,5% em doze meses.

52,96 mi

beneficiários médico-
hospitalares (ANS,
abr/2026)

35,98 mi

beneficiários
odontológicos
(ANS, abr/2026)

R\$ 741,1 bi

PL da indústria de
FIDCs
(ANBIMA, nov/2025)

+22,5%

crescimento do PL dos
FIDCs em 12 meses
(ANBIMA)

Dimensão do setor e crescimento do mercado de recebíveis: evidências da oportunidade de infraestrutura financeira.

1. O problema: a saúde financia parte de si mesma

No modelo predominante, a rede prestadora realiza o serviço, envia a conta, atravessa o ciclo de auditoria, glosa e autorização, e recebe apenas após determinado prazo operacional. Durante esse intervalo, hospitais, clínicas e laboratórios continuam pagando folha, fornecedores, tributos, estoques, equipamentos e investimentos.

Esse descasamento transfere parte relevante da necessidade de capital de giro para a rede prestadora. Para a operadora, o prazo de pagamento é instrumento de gestão de caixa, previsibilidade e capital regulatório. Para o prestador, o mesmo prazo representa custo financeiro, pressão de liquidez e menor capacidade de investimento. O desafio estratégico está em reduzir essa fricção sem comprometer a gestão financeira da fonte pagadora.



O objetivo de uma infraestrutura financeira moderna não é simplesmente antecipar pagamentos. É reduzir o custo econômico da cadeia, preservar o prazo da fonte pagadora e ampliar a liquidez da rede prestadora por meio de capital de mercado.

Benefícios da evolução da infraestrutura financeira

Fonte pagadora

- Fortalecimento da cadeia prestadora
- Menos fricção operacional em cessões
- Integração com novos instrumentos
- Maior previsibilidade e governança

Fonte pagadora

- Fortalecimento da cadeia prestadora
- Menos fricção operacional em cessões
- Integração com novos instrumentos
- Maior previsibilidade e governança

2. A transformação: recebíveis como ativos financeiros

A modernização da infraestrutura financeira brasileira vem ocorrendo em camadas: pagamentos instantâneos, dados financeiros compartilháveis, registro eletrônico de recebíveis, expansão dos FIDCs, tokenização, Drex e integração por APIs. Nenhum desses elementos, isoladamente, resolverá a complexidade da saúde suplementar. Em conjunto, porém, eles criam as bases para uma nova forma de circulação dos recebíveis originados na assistência.

A duplicata escritural fortalece o registro e a rastreabilidade do ativo financeiro. Os FIDCs ampliam a capacidade de financiamento. Os ERPs e plataformas tornam possível integrar informações de status, elegibilidade e pagamento. As registradoras e mecanismos de liquidação reduzem risco operacional e jurídico. A combinação dessas camadas tende a transformar um crédito administrativo em um ativo financeiro mais seguro, líquido e financiável.

Linha do tempo da infraestrutura financeira brasileira

Pagamentos, dados, registros, crédito e liquidação passam a convergir para uma infraestrutura integrada.



3. A arquitetura: integração entre fonte pagadora, prestador e mercado

A evolução relevante ocorrerá quando os sistemas de contas a pagar deixarem de tratar o pagamento apenas como uma transferência para o fornecedor cadastrado e passarem a reconhecer a titularidade econômica do ativo financeiro. Isso exige integração entre ERP, plataforma, registradoras, FIDC e instrução de liquidação.

Para as operadoras, a mudança precisa ser planejada de forma institucional. A duplicata escritural, por si só, não elimina a necessidade de cooperação operacional da fonte pagadora. A eficiência nasce da conexão entre status da conta, autorização de pagamento, titularidade do recebível, dados do financiador e conciliação do pagamento no vencimento.

Arquitetura conceitual da infraestrutura financeira da saúde



4. O que muda para operadoras e instituições de saúde

A operadora deixa de ser apenas a fonte pagadora de uma cadeia assistencial e passa a ocupar posição central na evolução da infraestrutura financeira do setor. Isso não significa assumir risco financeiro adicional ou reduzir prazos de pagamento. Significa estruturar um ambiente mais eficiente para que a rede prestadora acesse liquidez sem desorganizar a gestão de caixa da operadora.

A primeira mudança é operacional: ERPs, contas a pagar e rotinas de conciliação precisarão dialogar com plataformas e registros externos. A segunda é jurídica: contratos, notificações, cessões e instruções de pagamento deverão ser padronizados. A terceira é estratégica: programas estruturados de liquidez podem se tornar ferramentas de relacionamento com a rede, de fortalecimento da cadeia e de diferenciação institucional.

Maturidade financeira

das operadoras e instituições de saúde



A questão para Conselhos e Diretorias não é se a operadora deve financiar sua rede, mas como deve organizar a infraestrutura para que o mercado de capitais financie a cadeia com segurança, governança e alinhamento operacional.

5. O papel da XVI Capital e do Atrium Finance

A XVI Capital entende que a infraestrutura financeira da saúde suplementar exigirá três competências combinadas: conhecimento profundo da operação do setor, domínio de instrumentos de mercado de capitais e capacidade de integração tecnológica.

O Atrium Finance nasce dentro dessa visão. Mais do que uma plataforma de antecipação de recebíveis, seu papel estratégico é atuar como camada de integração entre operadoras, rede prestadora, investidores, sistemas de gestão e infraestruturas de mercado. A solução deve permitir que o prestador acesse liquidez, que a operadora preserve sua rotina financeira e que investidores tenham acesso a ativos com governança, dados e rastreabilidade.



A XVI Capital está ajudando a construir a infraestrutura financeira da saúde suplementar brasileira - conectando o mercado de capitais à assistência em saúde.

Roadmap recomendado para instituições de saúde



Princípio de implantação: começar pequeno, integrar corretamente e escalar com governança

Checklist executivo para o desenvolvimento

- Mapear o fluxo atual de pagamentos à rede prestadora, incluindo prazos, status, glosas e conciliação.
- Identificar quais dados do ERP são necessários para permitir elegibilidade, oferta de liquidez e retorno da operação.
- Definir governança jurídica para cessões, notificações, titulares de crédito e instruções de pagamento.
- Selecionar um grupo piloto de prestadores para testar a operação com baixo risco operacional.
- Avaliar os benefícios institucionais para a operadora: relacionamento, eficiência, governança e dados.
- Definir indicadores de acompanhamento: volume elegível, volume antecipado, prazo médio, adesão da rede e falhas operacionais.



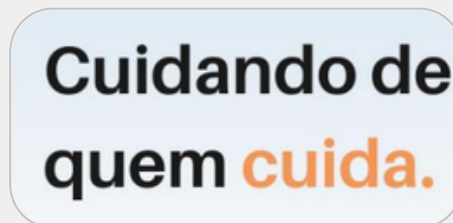
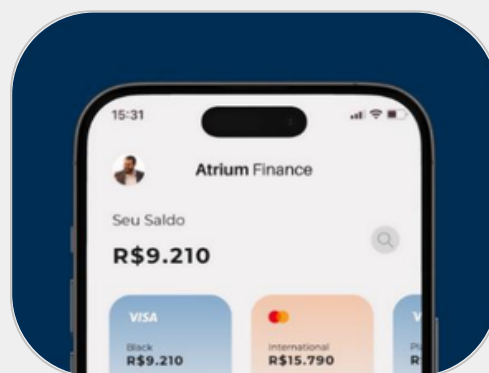
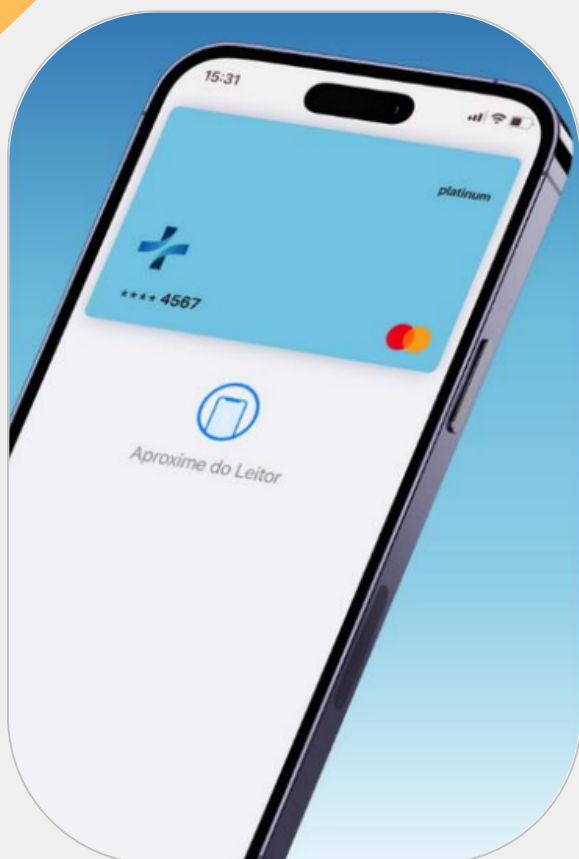
PRÓXIMO PASSO PARA A GESTÃO EXECUTIVA

Realizar um diagnóstico de maturidade da infraestrutura financeira da instituição, com foco em ERP, contas a pagar, elegibilidade dos recebíveis, governança de cessões, integração operacional e potencial de implantação de programa de liquidez para a rede prestadora.

Fontes e notas

Este documento possui natureza institucional e estratégica. Não constitui oferta pública de valores mobiliários, recomendação de investimento, consultoria jurídica, regulatória, contábil ou tributária. As interpretações refletem a visão da XVI Capital sobre tendências de mercado e devem ser avaliadas à luz da realidade operacional, contratual e regulatória de cada instituição.

- Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Dados de beneficiários referentes a março de 2026: 52.969.610 vínculos em planos de assistência médica e 35.797.271 vínculos em planos exclusivamente odontológicos.
- ANBIMA. FIDCs ampliam base de investidores, com destaque para o varejo. Patrimônio líquido de R\$ 741,1 bilhões em novembro de 2025 e crescimento de 22,5% em doze meses.
- Lei nº 13.775, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural.
- Banco Central do Brasil. Informações institucionais sobre PIX, Open Finance e Drex.
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Dados e normas aplicáveis a fundos de investimento e direitos creditórios.



Clique **aqui** e agende seu diagnóstico